

Com racionamento, haveria risco de desaceleração da economia

A consultora Elena Landau criticou o governo e disse que há uma grave crise de oferta de energia elétrica no Brasil

Luciana Xavier e Wellington Bahnemann
São Paulo

A consultora da Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica (ABCE), Elena Landau, alertou para o risco de um racionamento de energia no Brasil em um momento em que se teme pela magnitude de uma desaceleração na economia dos Estados Unidos. "Se houver racionamento, podemos ter desaceleração (da economia) no Brasil", afirmou, em entrevista ao AE Broadcast Ao Vivo.

Uma das principais articuladoras do processo de desestatização no governo FHC, a ex-diretora do BNDES disse, no entanto, não saber se o racionamento poderia postergar a vinda de um upgrade do Brasil para grau de investimento. Segundo ela, há vários fatores que são observados pelas agências de rating, como o superávit primário. "Há outras questões envolvidas nisso", comentou.

Segundo a diretora, "já está instalada no Brasil uma grave crise de oferta de energia elétrica e o governo parece que não está se dando conta disso". De acordo com ela, a menos que comece a chover ainda este mês, será difícil evitar a falta de energia elétrica.

Técnico

Para Elena, o governo está equivocado ao tratar da questão do apagão como política e criticou o ministro interino de Minas e Energia, Nelson Hubner, que descartou novo risco de apagão até 2009, contestando o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Jerson Kelman. "O Kelman parece o único preocupado com a necessidade de uma organização nesse cenário adverso", afirmou.

"A declaração de Hubner é mais política que técnica. O governo não está falando claramente sobre a gravidade da situação. O governo pode até fazer discurso de otimismo. Só não pode acreditar piamente nisso", acrescentou. Para Elena, apenas a Aneel, na figura do seu diretor-geral, Jerson Kelman, apresenta um discurso independente.

Ela afirmou que o racionamento assumiu um viés político no Ministério de Minas e Energia a partir do novo modelo do setor elétrico, adotado em 2004. "No novo modelo, o racionamento virou uma questão política. O governo acreditou que, com os leilões, nunca mais haveria racionamento. Mas se esqueceram que o capital privado não investiria na ampliação da oferta de energia se houvesse riscos", disse a especialista.

Elena Landau disse que, por uma questão política, a EPE e o ONS não revelam para a população a gravidade da situação que o setor elétrico brasileiro atravessa no momento. A falta de chuvas diminui o nível dos reservatórios das hidrelétricas e coloca em risco o abastecimento do mercado.

"Essas instituições apenas dizem que a situação é contornável, mas é um discurso mais político do que técnico. Não adianta negar a gravidade da situação porque se perde a credibilidade", afirmou.

Leilões

Para Landau, os leilões realizados pelo governo não seguem as regras de mercado. "Existe um preço-teto que não reflete os riscos dos empreendimentos de energia. Não estou defendendo o aumento explosivo da tarifa, mas questões como a oferta futura de gás natural e as dificuldades no licenciamento ambiental deveriam estar refletidas de alguma forma no preço", disse a especialista.

Segundo ela, o setor elétrico já vive hoje uma crise no lado da oferta, mas a situação poderia estar pior senão fosse a forte presença das estatais nos leilões. Na avaliação da especialista, os leilões até agora realizados pelo governo não têm correspondido às necessidades energéticas do País, além do que têm introduzido térmicas movidas a óleo combustível e óleo diesel, com preços mais elevados para o consumidor.

O equacionamento desse ponto é uma das medidas que a consultora da ABCE considera necessário para garantir o abastecimento do mercado brasileiro com confiabilidade nos próximos anos. Outros dois problemas estão no mercado de gás natural e no processo de licenciamento ambiental. "No gás, não é uma tarefa fácil porque tem que enfrentar o monopólio da Petrobras. É preciso desverticalizar a cadeia do gás. Isso ocorreu em todos os mercados nos quais as térmicas têm participação relevante", disse a consultora da ABCE.

No meio ambiente, Landau defendeu uma maior articulação entre os agentes do governo. "Não adianta culpar o técnico do Ibama que defende o bagre. É preciso ter uma visão completa de qual matriz energética que o País deseja ter. Ou seja, se o País vai privilegiar a preservação das florestas ou a diminuição das emissões dos gases de efeito estufa", lembrando que enquanto isso não é definido, o Brasil acaba recorrendo às térmicas com energia mais cara e suja, que contribuem para o fenômeno do aquecimento global.

Segundo Elena, a divergência entre os cenários energéticos da EPE e da Aneel, além das análises dos próprios agentes do mercado, não é nova. "A EPE trabalha com cenário mais otimista, no qual tudo dá certo. Ou seja, o gás natural será entregue e as licenças sairão no prazo correto. Já o mercado trabalha com diversos cenários, inclusive com os mais adversos. Como planejador, a EPE também deveria adotar esse procedimento", avaliou a especialista.

Elena reconheceu que o governo tem alguns instrumentos em mãos para evitar o racionamento de energia, como o despacho das térmicas para poupar o nível dos reservatórios, mas que o discurso oficial deveria revelar a real situação do abastecimento, para que os consumidores pudessem adotar medidas para poupar energia. "Nesse aspecto do discurso, vejo como algo muito semelhante ao cenário de 2001. A questão é que 'o mágico (governo)' não pode acreditar na própria mágica", criticou a consultora da ABCE. Elena Landau lembrou que o governo vem sendo alertado dos riscos de novo apagão elétrico desde o ano passado. "A sensação é de que o setor não tem a prioridade que deveria ter", concluiu Elena Landau.

In: Com racionamento, haveria risco de desaceleração da economia. **Agência Estado**, Mídia Online, 10.janeiro.2008.